

ARTIGO

Trabalhadores na condição de sujeitos autônomos: perspectivas acadêmicas e conjunturas políticas (Brasil, 1980-1990)

Workers in the condition of autonomous subjects: academic perspectives and political settings (Brazil, 1980-1990)

Sérgio Paulo Morais*

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, MG, Brasil

RESUMO: A proposta do artigo é apresentar e discutir um enquadramento de pesquisas no qual ações de sujeitos sociais foram postas como paradigma para interpretação de diversos temas importantes para as pesquisas históricas e para investigações sociológicas. Para tanto, observam-se influências internacionais e conjunturas políticas internas em produções acadêmicas realizadas ao término da ditadura militar no Brasil. Essas observaram a criação de sujeitos autônomos a partir da leitura de luta de classes, agência e de experiências sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa em Ciências Sociais. Historiografia Inglesa. Trabalhadores. Movimentos Sociais. Autonomia.

ABSTRACT: *The purpose of this article is to present and discuss a framework of research in which actions of social subjects placed as a paradigm for the interpretation of several themes important for historical research and for sociological investigations. In order to do so, one can observe international influences and internal political conjunctures in academic productions accomplished at the end of the military dictatorship in Brazil. These observed the creation of autonomous subjects from the reading of class struggle, agency and social experiences.*

KEYWORDS: *Research in Social Sciences. British Historians. Workers. Social Movements. Autonomy.*

* Professor Associado do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia no Programa de Pós-Graduação em História (INHIS/UFU) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (FACED/UFU), Uberlândia, MG, Brasil. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisador FAPEMIG. E-mail: sergio.paulo@ufu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7827-3373>.

Introdução

Na década de 1980, surgiu no Brasil uma vertente acadêmica composta, sobretudo, por sociólogos e historiadores, que, ao lidar com a relação entre trabalho e Estado, registrou a ampliação dos espaços de agência de sujeitos sociais. Para que este aumento ocorresse, buscou-se perscrutar a participação política de diferentes sujeitos coletivos em associações de bairros, igrejas católicas e clubes contra a carestia marcante naquele momento econômico.

Os personagens em tela eram os próprios “trabalhadores” e “trabalhadoras”, ou seja, os mesmos operários/operárias que disputavam os sindicatos (ou criavam comissões de fábricas), em conjunto com familiares e vizinhos que almejavam direitos ligados à “reprodução” da vida, em interlocução com os poderes administrativos e públicos, principalmente nos grandes centros urbanos (SADER, 1995).

[...] [O]s trabalhadores urbanos não são mais exclusivamente o operariado organizado, embora continuem a ser, de todos os modos, priorizados; são sujeitos sociais que se expressam em múltiplas dimensões, com formas de vida própria, estratégias de vida caracterizáveis, definindo-se a cada momento em seu local de moradia, de trabalho, nas suas formas de lazer, de religiosidade, de saber. São, sobretudo, sujeitos de práticas diversas que recobrem os vários campos de sua experiência, que se constituem na luta contra opressões específicas, não redutíveis a um único lugar dado pelo Estado fundador de uma dominação de classe, unívoca e homogênea e que produzem, portanto, a imagem de sujeitos múltiplos, que não se subordinam a uma figuração única, para ganhar uma visibilidade que confira significado político as suas práticas. (PAOLI; SADER; TELLES, 1983, p. 149).

Na profusão da “crise de representação sobre os trabalhadores” (SADER, 1986, p. 49) aberta pela obscuridade do Golpe de 1964, tais pesquisadores partiram em busca de novos paradigmas, conceitos e categorias.

Parece termos chegado a um daqueles momentos onde há a dissolução progressiva de todo um conjunto de premissas e teorias, que anteriormente organizavam a percepção e a análise sobre a forma histórica da dominação e dos modos de existência social e política dos trabalhadores. Deslumbrados (e não sem razão) com a descoberta de tudo aquilo que os intelectuais e pesquisadores dos anos 50 e 60 não viram, com a revelação de uma “realidade que começou a ceder em vários pontos”, com a emergência de “outras falas” até então silenciadas na história, nós todos nos propomos a tarefa de criar um novo, de produzir de ponta a ponta uma nova história, uma nova antropologia, uma nova política, uma novo modo de pensar sociologicamente a realidade. (PAOLI, 1987, p. 53).

Esse “novo modo de pensar” foi influenciado pela busca de ações multifocais (dissociadas de organização política apriorística) de sujeitos históricos, em sintonia com o marxismo inglês, dentre outros (KAYE, 1995).

O presente texto, especialmente em sua primeira parte, visa a recompor denominadores teóricos comuns, influenciados tanto pela literatura advinda do exterior quanto pelas dimensões sociais postas ao término da ditadura militar no Brasil. Na segunda parte, o foco principal da discussão aponta para Eder Sader, autor que particulariza na obra “Quando novos personagens entraram em cena” (1995) os paradigmas dos sujeitos “atores” ou agentes, por meio da observação das sociabilidades

de luta que demandaram autonomia frente às matrizes clássicas de organização política. O terceiro tópico procura mostrar certos paradoxos que limitavam a autonomia dos sujeitos em termos de participação real na democracia política, a qual se formava naquele período e, ao mesmo tempo, resvalavam nas questões acadêmicas em diálogo com tal processo (ANDERSON, 1984).

Transição política e transição acadêmica no Brasil dos anos 1980

Ao analisar a trajetória teórica utilizada para o estudo do “processo histórico de formação da classe trabalhadora” no interior das academias brasileiras, Alexandre Fortes notou que

[...] o final da década de 1970, foi marcado pelo fenômeno do “novo sindicalismo”, que se desdobrou posteriormente num protagonismo de lideranças gestadas nos movimentos de trabalhadores na política nacional. Essa política classista, contudo, coexistiu desde o início com a expansão de um leque diversificado de movimentos sociais. O debate acadêmico sobre o conceito de classe social na década seguinte expressa em grande medida as particularidades desse ambiente político-social. (FORTES, 2016, p. 590).

Em relação às conjunturas daquele período, Sidney Chalhoub, ao referir-se à produção acadêmica que deu origem ao livro “Trabalho, lar e botequim”, ambientou a pesquisa “[...] em meio a um turbilhão político contínuo”, marcado pelo “ressurgimento dos movimentos sociais de massa pelo país, luta pela derrubada da ditadura militar, anistia, redemocratização, eleições para governador, campanha pelas Diretas Já” (CHALHOUB, 2015, p. v).

Nas palavras do autor,

[...] era um momento histórico raro, desses em que a crença no futuro vira experiência coletiva. À história vivia pertenciam também a empreitada de produzir conhecimento histórico. Surgiam novos programas de pós-graduação, os debates teóricos alargavam-se, possibilidades de pesquisa e exploração de fontes inéditas apareciam a cada dia. [...] Pois tornava-se “legítimo” recuperar a experiência dos trabalhadores em geral, e não apenas a daqueles mais articulados, doutos de uma determinada forma de “consciência de classe”. [...] Na conjuntura dos anos 1980, “libertava” a atividade política da política tradicional, contida em partidos, sindicatos etc. — isto é, ajudava a fundamentar historicamente a ideia de que havia uma pluralidade de sujeitos políticos na sociedade, lutando a seu modo para atingir objetivos que lhes eram caros e assim governar a própria vida. (CHALHOUB, 2015, p. vi-vii).

Edgar Salvadori de Decca, ao prefaciar a obra “Do cabaré ao lar”, de Margareth Rago, na edição de 1985, indicou o registro de um caminho teórico semelhante ao trilhado por Chalhoub (2015):

[...] [Q]ual é a singularidade deste livro? Qual é a sua densidade, mesmo reconhecendo a existência de seu duplo? [...] A densidade está na sua trama, na forma pela qual a autora, convivendo com o debate instaurado pelo seu duplo, produz uma singularidade inconfundível pelo arranjo que dá aos elementos de sua história. No entanto, aqui iremos encontrar Thompson, porque se fala de *experiência* e de cultura operária. [...] Depois desta história perguntaremos onde acaba a fábrica e começa a família, ou, também, como delimitar a sexualidade da mulher diante da educação dos filhos [sic] etc. (DECCA, 2014, p. 21, grifo do autor).

Encontravam-se, portanto, relações estritas entre a pesquisa acadêmica e forças sociais que concomitantemente se desenvolviam em meio a um processo de pressão popular a favor de reformas democráticas no país. No clima de tais movimentos, destacaram-se discussões sobre a vida urbana enquanto palco de diversos sujeitos que, em meio às relações de dominação — Chalhoub (2015)¹, Rago (2014)² — e exploração do trabalho em contextos de relações de escravidão — Lara (1988) e Chalhoub (1990)³ —, recompuseram sentidos e interpretações a respeito dos direitos sociais nos séculos XVIII, XIX e anos iniciais do século XX.

Para além da observação do entorno social produzido nos anos 1980, vale então questionar: o que fez dar visibilidade às ações de sujeitos múltiplos, advindos de fora das organizações tradicionais dos trabalhadores? E como as indicativas teóricas modificaram olhares para as práticas desses outros sujeitos?

Sugestões de respostas a tais questionamentos devem considerar a influência do supracitado historiador inglês Edward Palmer Thompson, o qual forneceu elementos para junção do contexto de época à ampliação das noções de sujeito e de espaços de atuação política. De acordo com Fortes (2016),

[...] se as formulações mais conhecidas de Thompson são ainda hoje identificadas como síntese das mudanças ocorridas nos estudos do trabalho no Brasil a partir dos anos 1980, é necessário vê-las como a ponta de um iceberg, e entender que sua recepção e impacto não podem ser compreendidos fora dos contextos que procuramos esboçar [...]. A circulação e a apropriação desse conjunto de referências possibilitou, em primeiro lugar, a superação de paradigmas teleológicos e vanguardistas, tanto vinculados à teoria da modernização (com foco na adaptação do trabalhador vindo de um mundo “tradicional” ao universo urbano-industrial) quanto na vertente leninista (baseada na memória seletiva de movimentos militantes “exemplares”, na denúncia da “falsa consciência” das massas operárias e na instrumentalização da história do movimento operário para a luta política). (FORTES, 2016, p. 592).

Além de reconhecer o protagonismo das obras de Thompson e do marxismo inglês para a renovação acadêmica aqui discutida, faz-se necessário demarcar que (1) essas não foram assimiladas tal como produzidas para o contexto inglês, e que, (2) no país, o historiador teve identificação conjunta com outros expoentes da renovação teórica internacional⁴.

Em relação ao contexto brasileiro, Paoli (1987) observou a importância de reconstruir a inteligibilidade dos “dominados”, a partir da expressão thompsoniana do próprio “fazer-se” (PAOLI, 1987). No conjunto da dimensão teórica utilizada para obter a percepção do “que os movimentos sociais ensinaram”, o autor expressa:

[...] [A]o redescobrir a história concreta dos dominados, o marxismo, hoje, revalida a noção de experiência vivida das condições reais de existência, como suporte da reprodução e da luta de classes — e com isso, não apenas enterra uma noção de ideologia como sistema cristalizado de ideias, como a reintroduz na forma de representações culturais como significado real. [...] Quando as ciências sociais incorporam a ideia de “discursos” que disciplinam a singularidade, quando, enfim, se reconhece que os sujeitos históricos têm emoções, experiências, tradições e valores próprios que os colocam numa relação consigo mesmo, diferenciada e se projetando no tempo há um redescoberta do cultural como central ao entendimento da dominação — algo que não se esgota na ideologia, ou nas lógicas e necessidades da produção e do poder, embora as suponham. (PAOLI, 1987, p. 57-58).

Para Thompson, “classe” dizia respeito a um “fenômeno histórico” empiricamente observável, e, ao mesmo tempo, a uma “categoria heurística”. Este segundo modo abriu a aplicação do conceito a sociedades que não passaram pela experiência de “formação de classe” operária ou que foram observadas antes de tal fenômeno (THOMPSON, 1987, p. 9-13)⁵.

Nessas circunstâncias, os conflitos sociais foram compreendidos pelos sujeitos e pelos grupos envolvidos fora de algum “sistema cognitivo” sobre classe social. “É justamente nesse caso que se torna mais evidente a anterioridade da [perspectiva] ‘luta de classes’, ‘um conceito mais universal’ em relação à ‘classe como realidade empírica’” (FORTES, 2016, p. 594).

Mesmo de forma híbrida, as noções sobre “luta de classes” provenientes das discussões contidas no texto “La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases?”, publicado pela primeira vez em 1979⁶, contribuíram para traçar conflitos e formas de resistências em diversos períodos históricos estudados.

Esta dinâmica, entre outras, foi utilizada proficuamente no país em estudos sobre a escravidão (LARA, 1988). O estudo do escravismo brasileiro também se beneficiou com os estudos sobre patrícios e plebeus na Inglaterra do século XVIII. Nestes, Thompson demarcou as contradições antagônicas de categorias sociais distintas, por meio de atitudes “anônimas”, “contra teatro (modo de ultrajar de forma ridícula os símbolos de autoridade)” e as “ações rápidas e diretas da multidão” (THOMPSON, 1989, p. 31).

O historiador inglês considerava *sui generis* a presença opositora da multidão, com objetivos próprios e diversos, operando em “complexa e delicada polaridade de forças” no contexto da época por ele estudada (THOMPSON, 1989, p. 31-32). De acordo com Ricardo Müller (2002), Thompson percebeu o “movimento” de “artesãos, trabalhadores do campo e pequenos comerciantes (uma ‘diversidade de experiências’)”, definindo assim um crescente núcleo coletivo de organização da classe trabalhadora e assinalando que “é na diversidade que reside sua força”. Porém, seu “objetivo central [foi] o de promover não a diversidade de interesses, mas as seme-lhanças da experiência comum, a unidade na diversidade” (MÜLLER, 2002, p. 117).

Na ótica de alguns intelectuais brasileiros, entretanto, a diversidade de experiências e reivindicações esteve na origem da criação de “novos” movimentos que se opuseram de formas plurais à dominação econômica e à opressão política (SADER, 1995).

Sem adentrar a seara da probabilidade de que os movimentos tenham evidentemente alcançado tal sucesso, de toda forma, a experiência histórica não permitiu, nos anos 1980, uma escala unificadora nacional⁷. Assim, os acontecimentos vivenciados ou estimados ocorreram, em grande parte, em metrópoles brasileiras e em “espaços de encontros” independentes uns dos outros.

As feiras, botequins, salões de beleza, pontos de ônibus, terreiros e fliperamas formam, assim como no caso das pequenas lutas operárias, os espaços de encontro que ajudarão a constituir “pedaços” onde “fluem novos significados coletivos que expressam as interpretações formuladas sobre as condições de vida na metrópole”. [...] Nos espaços difusos da cidade, a retórica dominante, que condenava a política como palco de interesses escusos, passa a ser reinterpretada pelos explorados como possibilidade de cuidar dos assuntos referentes à vida na cidade a partir de seus próprios interesses e experiências. (MENDES, 2017, p. 92).

O modo de observação de tais contextos revela-se, por um lado, “nas franjas do poder coercitivo militar” (MENDES, 2017, p. 92), abrindo perspectivas e espaços distintos daqueles

que correspondiam aos tradicionais lócus de expressão operária. Além disso, as noções de experiência (THOMPSON, 1981) e de agência⁸ possuíam afinidades com conceitos que circulavam nas dinâmicas sociais do próprio período: “esferas de participação”, democratização das instituições, dignidade e “autonomia” política (MENDES, 2017), dentre outros. As mediações entre os diversos campos conceituais propiciaram a formulação de um conjunto teórico híbrido que buscava alargar o campo e as categorias sociais do que se tinha até então como referenciais analíticos.

Esses sinais indicam que a utilização de noções thompsonianas, no contexto dos anos 1980, marcou — em particular — a historiografia brasileira, sobretudo na proposição particular de uma perspectiva dos “de baixo” (SHARPE, 1992).

O mundo da produção, com as análises voltadas para os chãos de fábrica, os latifúndios, os canteiros de obras, os portos, as estivas, dentre outros, estava presente no painel dos acontecimentos, demarcando condições de vida e extrema exploração.

Entretanto, as pesquisas que se orientavam pelas percepções dos próprios sujeitos passaram a ter nas ações “exteriores” aos processos produtivos o palco de seus mais significativos acontecimentos. Entre os espaços articulados para a reprodução do viver e do lazer das famílias trabalhadoras (bairros populares, locais de transporte, quadras de esporte, galpões de igrejas) apareciam sujeitos ativos e externos às instituições, projetados (*a priori*) para o enfrentamento político (partidos, sindicatos e outros).

Nesse ínterim, os modos de vida, as comunidades, as reivindicações jurídicas, as festas e as cerimônias litúrgicas passaram a ser consideradas como contrapontos à ausência de expressão e de direitos em diversos processos sociais localizados no século XX e em anteriores⁹.

Assim, a referência de Marcel Van der Linden (2009) quanto à ênfase dada à “cultura” e à “consciência”, nas obras de E. P. Thompson, bem como o peso destas na transformação da “história do trabalho em história da classe trabalhadora”, encontrou ressonância na historiografia e nas ciências sociais brasileiras nos anos 1980.

Entretanto, as trajetórias de nossa “classe trabalhadora”, vistas em meio à busca pela democracia, tornavam particulares as pesquisas realizadas no Brasil, distinguindo-as das europeias ou britânicas. O processo de redemocratização nacional foi importante ao criar consonância não só entre áreas acadêmicas distintas, historiografia e ciências sociais, mas, principalmente, entre os acontecimentos políticos que se construía ao mesmo tempo na sociedade e em parte do mundo acadêmico.

Novos personagens: experiências e poderes populares

A síntese de tais particularidades, conjunturalmente experimentada de maneira diversa, tanto por historiadores quanto por cientistas sociais foi registrada, a meu ver, no conjunto da obra do sociólogo Eder Sader. Neste artigo, o destaque dado ao autor ocorre por alguns motivos. Em primeiro lugar, Eder Sader foi um dos signatários do importante texto citado, que fez um balanço sobre a produção acadêmica dos anos anteriores à década 1970 e prescreveu possibilidades para o avanço das discussões sobre trabalho, trabalhadores e classes no Brasil¹⁰.

Os referenciais teóricos de Sader (1995) em “Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980”, com Thompson entre os autores, coincidem com as indicações citadas pelos autores que constam no presente artigo.

Contudo, uma distinção significativa dá-se entre as temporalidades de tais estudos. As pesquisas históricas indicadas na seção anterior remontam aos anos 1930/1950 (PAOLI, 1987) e as demais, ao século XIX. Eder Sader, porém, ao escrever no final dos anos 1980, praticamente lidou com acontecimentos recentes em sua pesquisa.

Salvaguardando as particularidades das pesquisas históricas e das pesquisas em ciências sociais, Sader trouxe ao debate sobre as ações populares e sobre as agências de sujeitos autônomos interpretações acadêmicas entrelaçadas a avaliações políticas remissivas à sua trajetória pessoal. Advindo de experiências na esquerda radical, com participação na formação da Organização Marxista Revolucionária Política Operária (POLOP) no início da década de 1960, foi exilado, teve contato com a vida acadêmica no Chile, discutiu teoricamente e vivenciou a derrota da luta armada nos 1970.

Para Alexandre Mendes, essas situações infringiram uma transição à vida e à obra de Sader. Essa é “definitivamente operada quando irrompe a jornada de lutas dos operários de São Paulo, que evidenciou um ciclo que estava em andamento entre 1970-1980” (MENDES, 2017, p. 87).

Através dele, Eder Sader pôde não só analisar com lentes totalmente renovadas, a constituição de novos sujeitos em luta, como reavaliar a própria experiência política da década de 1970. Ele se deparou com a multiplicação de lutas operárias que, a partir de práticas que se constituíram de forma autônoma, conseguiram se deslizar tanto da tutela dos sindicatos autoritários, com dos núcleos de militantes iluminados que pretendiam dirigir os trabalhadores. (MENDES, 2017, p. 87).

A “travessia” realizada por Sader propiciou referencial para compreender uma revisão das ações dos trabalhos brasileiros na vertente acadêmica, tanto quanto nas atitudes de presença no social de militantes-acadêmicos. Ao invés de uma postura “de motociclista”, ou de “[...] intelectuais [que] sonham amiúde com uma classe que seja como uma motocicleta cujo assento esteja vazio. Saltando sobre ele, assumem a direção, pois têm a verdadeira teoria” (THOMPSON, 2001, p. 281), o papel de intelectual junto aos movimentos passaria a ocorrer de formas “iminentes”, que consideravam saberes e práticas inerentes aos sujeitos sociais.

Sader percebeu a emergência de um “sujeito autônomo”¹¹, com experiência social, agente de sua história, com capacidade de elaborar “falas” e discursos sobre seu lugar no mundo, que buscava espaços de ação nas estruturas (não totalmente determinantes) e criava novas formas de fazer política.

Nessa concepção, sujeito autônomo não é aquele (pura criação voluntarista) que seria livre de toda a dominação externa, mas aquele que é capaz de reelaborá-las em função daquilo que define como sua vontade. Se a noção de sujeito está associada à possibilidade de autonomia, é pela dimensão do imaginário como capacidade de dar-se algo além daquilo que está dado. (SADER, 1995, p. 56).

Esse movimento pôde ser percebido pelo autor no interior de “pequenas lutas” e na “auto-organização” popular, em espaços que não tinham função de propor soluções ou embates, para a concretude dos problemas vivenciados por conta das condições de vida.

E, no entanto, há uma novidade no significado dessas lutas no correr dos anos 70. Movimentações que antes podiam ocorrer de modo quase silencioso, como se fossem a reiteração de um cotidiano onde “nada acontece”, passam a ser valorizadas enquanto sinais de resistência, vinculadas a outras, num conjunto que lhes dá a dignidade de um “acontecimento histórico”. Até mesmo acontecimentos que antes poderiam ser vividos como expressão de uma impotência sempre igual começam a ser vistos como lutas que se inserem num movimento sociais. (SADER, 1995, p. 242-243).

Em suma, na perspectiva de Eder Sader, tanto quanto na de Maria Célia Paoli¹², tais sujeitos não articulados no contexto teórico da “teoria da revolução proletária” estavam elaborando “práticas instituintes”, “novos imaginários” e estabelecendo espaços de participação democrática “de baixo para cima” (SADER, 1995, p. 313).

Não buscavam assaltar o poder instituindo, mas criavam figurações políticas que redimensionavam, em novas matrizes, a luta de classes. Porém, como avaliar os sentidos políticos — *in loco* — de tais movimentos, que exercitavam práticas anticapitalistas e exerciam pressão social, mas que se encontravam fora da “matriz marxista” (SADER, 1995, p. 167-177)?

Entre os prováveis elementos que contribuam para elucidar tal questionamento estavam as lutas pela democracia, pelo reestabelecimento de direitos sociais e pela participação na política institucional.

A perspectiva de derrota dos “sujeitos autônomos” no contexto do final da década de 1980

Defendida ao final de 1987, a tese que deu origem ao livro “Quando novos personagens entram em cena...” continha um tom de desesperança em suas “considerações finais”, não deixando de reconhecer a importância dos movimentos sociais para a “promessa de uma radical renovação da vida política” (SADER, 1995, p. 313), pois

[...] expressaram tendências profundas na sociedade que assinalavam a perda de sustentação do sistema político instituído. Expressavam a enorme distância existente entre os mecanismos políticos instituídos e as formas da vida social. Havia neles a promessa de uma radical renovação da vida política. Apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana. Apontaram para uma nova concepção da política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social, em que a população trabalhadora está diretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações dos bairros. (SADER, 1995, p. 313).

Porém, após a transição política, a promessa de mudança social havia se tornado “história” (SADER, 1995, p. 314) que se manifestava em diversas situações.

De acordo com Alexandre Mendes, o problema posto por Sader era o de que, apesar da importância na derrota do Estado Militar,

[...] os novos movimentos sociais não tiveram, naquele momento, êxito em se constituir como uma força política apta a disputar as institucionalidades. Esse papel acabou sendo exercido pelo MDB [Movimento Democrático Brasileiro] que, a partir de sua atuação parlamentar contra

a ditadura, apareceu como representante indireto das insatisfações e aspirações populares difusas. Ele acabaria por reelaborá-las, sempre através de suas expressões particulares, como pressupostos de uma vontade geral de democracia e justiça social. (MENDES, 2017, p. 96).

Ao retomar as reflexões sobre as “difusas aspirações de justiça social e de democracia, presentes na sociedade”, o autor observou o acolhimento destas pela “Aliança Democrática que constituiu a chamada ‘Nova República’”, que, “a partir de 1982, com o estabelecimento dos primeiros governos estaduais do PMDB [Partido do Movimento Democrático Brasileiro]”, iniciou uma “incorporação” dos movimentos às dinâmicas de um “aparelho de Estado” (SADER, 1995, p. 314).

Após 1987, outras questões poderiam ser adicionadas às reflexões sobre a junção ou a cooperação dos movimentos pela política institucionalizada, iniciada por Eder Sader. Estas, entretanto, não deixaram de significar o arrefecimento do campo de ação dos “sujeitos autônomos”.

Para análise geral de tal quadro, devemos considerar a formação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980; da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983; do fim do período militar (1985); e, ao término da década, a promulgação Constituinte de 1988. Esse foi o contexto em que, entre os anos 1989 e 1992, Luiza Erundina (PT) tornou-se prefeita da cidade de São Paulo (PATARRA, 1996).

O período Erundina foi marcado por políticas públicas para a população de modo geral e para trabalhadores, de modo específico, através de construção de casas sociais por mutirões autogeridos, luta contra o analfabetismo (através de criação de Movimentos de Alfabetização), modificações no transporte público e outras iniciativas.

Nesses anos, a movimentação política da periferia encontrou ressonância em algumas ações da prefeitura por meio da concretude das questões relativas ao dia a dia, tal como indicado acima, ou por vias simbólicas, próximas ao que Sader indicou como constituição de uma “memória coletiva” (SADER, 1995, p. 315). Em relação a isso, alguns projetos de história “extramuros” foram elaborados e praticados por intermédio do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH)¹³.

Entre eles está o projeto “Memória dos Movimentos Sociais”, que tratava da “formação e trajetória de movimentos sociais os quais modificaram a paisagem e vida da cidade, introduzindo formas de participação tais como o Movimento de Saúde da Zona Leste e o de Campo Limpo” (CHAUI, 2006, p. 94).

O projeto “Pátria Amada Esquartejada”, através de palestras e aulas públicas ministradas por acadêmicos com participação e apresentação de vivências de moradores de ruas, nordestinos, indígenas e outros, tentava dar conta de uma discussão sobre nação incompleta ou para poucos, em que diversos sujeitos experimentavam a não participação política e social na cidade de São Paulo e no país como um todo (CHAUI, 2006). Há de se considerar, entretanto, duas dinâmicas que qualificaram mudanças na compreensão dos movimentos sociais, a partir de tais experiências.

Na primeira, após o governo Erundina e com a vitória de Paulo Maluf, com o Partido Progressista (PP), advindo do conservadorismo situacionista no período o regime militar, iniciou-se um acentuado corte de gastos nos programas de redefinição de políticas culturais e de patrimônio histórico, e determinou-se a diminuição de secretarias e de funcionários públicos¹⁴. Assim, a política instituída superou potencial participação dos sujeitos sociais no campo institucional.

A segunda dimensão dizia respeito a um quadro mais ampliado. Os anos iniciais da década de 1990 apresentaram uma ambiência menos positiva para as perspectivas concretas de mudanças advindas de “baixo”.

Não sabemos se por conta da “seta do tempo” — quase duas décadas se passaram — ou por conta de “cataclismos desesperadores” — escândalos de corrupção, crise econômica, previdência, habitação etc. — ou pelas duras coisas ou outras coisas, mas a “verdade” é que já há indícios na literatura sobre a participação popular na transição brasileira de que esse mito fora criado. (MACIEL, 1994, p. 95).

Além do clima da desilusão, as ações dos “sujeitos autônomos” passaram a ser tecnicamente ordenadas em “movimentos que buscavam assegurar valores básicos” reguladores da “ordem institucional da sociedade” (AZEVEDO; PRATES, 1991, p. 125), tornando-se substancialmente “reivindicativos”, mesmo que não fizessem “questionamentos à base do sistema político”.

Entre esses estão as “[...] associações de bairros e favelas”, cujo “objetivo principal [foi] o desenvolvimento de estratégias junto ao poder público visando conseguir melhorias urbanas como legalização da posse de terras, saneamento básico e transporte” (AZEVEDO; PRATES, 1991, p. 130). De “natureza negociável”, esses movimentos “aponta[va]m para um padrão associativo, mais voltado para a integração, via interação com as agências governamentais, do que para a contestação do sistema político-institucional” (AZEVEDO; PRATES, 1991, p. 144).

Maria José de Oliveira Maciel indicou modos de relação entre poder político e movimentos sociais urbanos, organizações consideradas pela autora “não tão autênticas e inovadoras”. Pois, “algumas surgiram, ou melhor, foram criadas na esteira do ‘planejamento participativo’ [...] para viabilizar projetos ideológicos governamentais”, por meio de “agentes não remunerados” (MACIEL, 1994, p. 99).

Desse modo, passa-se a avaliar uma baixa intensidade política nas ações descentralizadas; assim,

[...] a existência desse mito requer a aceitação de uma outra coisa, sem dúvida bem mais séria. A “incompatibilidade” da participação popular com o projeto democrático só se torna possível dentro do imaginário político que foi criado ao se tentar apreender a realidade brasileira na transição e pensar numa sociedade democrática. Imaginário que está longe de comportar organizações tão “perfeitas”. (MACIEL, 1994, p. 101).

Diante do novo quadro político e social, as avaliações realizadas no início dos anos 1990 imprimiram à crítica novas leituras sobre o passado. Antes, na década de 1980, os sujeitos sociais e o novo sindicalismo eram vistos como elementos essenciais na derrubada da ditadura¹⁵. Ao término dos anos 1980, então, outros personagens voltaram à cena. O Estado, as instituições, o aparato jurídico, entre tantos, estavam novamente sob a análise de uma ciência social (e histórica sobre trabalhadores) mais desconfiada dos sinais emitidos pelos agentes e que, ao mesmo tempo, amargava um contexto árido provocado pelo neoliberalismo e pela “globalização”¹⁶.

Neste ínterim, avaliações não muito recentes, mas articuladas à condução da sociedade pelo Estado, voltavam ao centro das atenções acadêmicas. Estas estavam mais propensas a reavaliar o fim da Ditadura e a manutenção de uma democracia brasileira como fenômeno de via “prussiana”¹⁷ (COUTINHO, 1980), que demonstrava a ausência de efetiva contribuição social e política advinda dos “de baixo”.

Algumas considerações

Para Robin George Collingwood, “cada presente tem um passado próprio e toda reconstrução imaginária do passado aspira reconstruir o passado deste presente, do presente em que se está produzindo este ato de imaginar, tal como é percebido aqui e agora” (COLLINGWOOD, 1993, p. 247).

Desse modo, caberia ainda salientar diversos outros aspectos que devem ser observados para recompor dimensões do passado aqui elencado, já que as histórias dos trabalhadores e dos movimentos sociais não se restringiram apenas ao eixo argumentativo seguido neste texto. Mudanças metodológicas acertaram com a mesma densidade — no aprimoramento das questões sobre fontes (KHOURY, 2001) ou no desvio do olhar para o cotidiano (PETERSEN, 1992) — e fizeram-se relevantes para as análises dos modos de vida de tais sujeitos.

Além disso, as indicativas sobre o materialismo histórico aqui colocadas poderiam ser vistas por ângulos conceituais e analíticos de maior densidade (SENA JÚNIOR, 2004). O mesmo pode-se dizer das referências aos anos 1940, 1950 e anteriores a 1964, nas quais se sustentavam diversas tendências marxistas dentro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e/ou no interior da Universidade de São Paulo (USP), antes do período tratado neste artigo, em que se guardaram significativas contribuições às pesquisas em ciências humanas (REIS, 1999).

A trilha teórica aqui utilizada foi fendida por pesquisadores que atuaram na conjuntura dos anos 1980 e analisaram, no entorno vivido, uma época de mudanças e esperanças na democracia. O Brasil encontra-se hoje distanciado daquele tempo e de tal euforia. Neste momento, entretanto, algumas lições podem ser consideradas para o enfrentamento do quadro político e para a renovação das pesquisas históricas que versam sobre os trabalhadores.

Inicialmente há de se considerar o esforço de renovação do materialismo histórico, reelaborado de forma proativa em meio à luta pela mudança social. Esta apenas tornou-se realizável pela motivação posto o quadro no qual sujeitos sociais se movimentavam em torno da democracia e da luta contra diversas opressões.

A necessidade de que o processo de renovação democrática proceda de “baixo para cima”, consolidando e ampliando suas conquistas através de uma crescente incorporação de novos sujeitos políticos, impõe às forças populares — enquanto método de sua batalha política [...]. Nesse sentido, as forças realmente populares devem estar permanentemente alertas contra as tentações do “golpismo”, o qual — mesmo quando se apresenta sob vestes falsamente “progressistas” — não faz senão repetir os procedimentos elitistas que caracterizam a “via prussiana”. Qualquer tentativa de impor modificações radicais por meio da ação de minorias (militares ou não) levará as forças populares a grandes desastres políticos; além disso, significará o truncamento do processo de renovação democrática, um processo que — nunca e demais insistir — só será efetivo e realmente popular quando crescer “de baixo para cima” e quando representar a incorporação de amplas maiorias ao cenário político. O “golpismo de esquerda” — que infelizmente marcou boa parte do pensamento e da ação política das correntes populares no Brasil é apenas uma resposta equivocada e igualmente “prussiana” aos processos de direção “pelo alto” de que sempre se valeram as forças conservadoras e reacionárias em nosso País. (COUTINHO, 1980, p. 44-45).

Cabe registrar a renovação de tal perspectiva materialista, realizada em contexto dialógico com as mudanças e forças sociais, que se deram fora e independentemente da “queda do muro de Berlim” ou do pretense “fim da História” (FUKUYAMA, 1992), estigmas que caricaturaram as diversas correntes da história social nos anos 1990.

Em suma, diversamente a qualquer sucesso liberal, no Brasil, a revisão deu-se no campo da resistência política e em correspondência com as forças que emergiram de setores populares. Independente dos limites e das frustrações adversas, incutidas por diferentes cooptações e derrotas, a revisão do quadro teórico nos anos 1980 deu-se em meio à derrocada do militarismo e do apreço à democracia “vinda de baixo”, transformadora em potencial das condições de vida e do que se compreende como justiça social.

Nesse quadro, há de se avaliar as cooptações e limites para as ações sociais nas ruas, praças, clubes de mães, associações de bairros, dentre outros. Entretanto, um quadrante amplo foi aberto naqueles anos e não há mais como pensar o social sem considerar a potência dos sujeitos.

Referências

- ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo: uma introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- AZEVEDO, Sérgio de; PRATES, Antônio Augusto. Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva. In: AZEVEDO, Sérgio de; PRATES, Antônio Augusto. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice, 1991.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: vida cotidiana e controle social da classe trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Epoque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHAUI, Marilena. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CHESNAIS, François. *A finança mundializada: raízes sociais, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- COLLINGWOOD, Robin George. *The idea of history*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- DECCA, Edgar Salvadori de. Apresentação. In: RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil, 1890-1930*. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. p. 17-22.
- FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 587-606, 2016.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- KAYE, Harvey. *The British Marxist historians*. Basingstoke: Macmillan, 1995.
- KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da História Social. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 22, p. 73-109, 2001.
- LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MACIEL, Maria José de Oliveira. Anotações sobre a participação popular na transição democrática. *Revista Tópicos Educacionais*, Recife, v. 12, n. 112, p. 84-102, 1994.
- MENDES, Alexandre Fabiano. A travessia de Eder Sader: da grande tarefa aos pedaços de experiência. *Revista Lugar Comum*, Rio de Janeiro, n. 49, p. 83-102, 2017.

- MÜLLER, Ricardo Gaspar. *Razão e utopia: Thompson e a história*. 2002. 282 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- PAOLI, Maria Celia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio (org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. São Paulo: Marco Zero; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1987. p. 53-101.
- PAOLI, Maria Celia; SADER, Eder; TELLES, Vera. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 6, p. 129-149, set. 1983.
- PATARRA, Ivo. *O governo Luiza Erundina: cronologia de quatro anos de administração do PT na cidade de São Paulo, de 1989 a 1992*. São Paulo: Geração Editorial, 1996.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. *Revista História e Perspectivas*, Uberlândia, v. 6, p. 24-44, jan./jun. 1992.
- RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil, 1890-1930*. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- RAMOS, Igor Guedes. *A genealogia de uma operação historiográfica: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980*. 2014. 543 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2014.
- REDIKER, Marcus. Como as classes populares fizeram história. Entrevista cedida a Jérôme Skalski. [Tradução Resistir.info]. *Le Grand Soir*, França, 17 jun. 2017. Disponível em: http://resistir.info/varios/rediker_01jun17_p.html#asterisco. Acesso em: 17 jun. 2017.
- REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. e “A Revolução Brasileira”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 245-277, 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881999000100012>. Acesso em: 17 jun. 2017.
- SADER, Eder. *Marxismo e teoria da revolução operária*. São Paulo: Ática, 1986.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.
- SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. A dialética em questão: considerações teórico-metodológicas sobre a historiografia contemporânea. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 39-72, 2004.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 39-62.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987. 3. v.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organização Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- THOMPSON, Edward Palmer. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases? In: THOMPSON, Edward Palmer. *Tradicón, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.
- VAN DER LINDEN, Marcel. História do trabalho: o velho, o novo e o global. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 1, p. 11-26, 2009.
- WOOD, Ellen Meiksins. Classe como processo e como relação. In: WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 73-98.

Notas

1. A primeira versão foi defendida como dissertação de mestrado na Universidade Federal Fluminense em 1984, com o título acrescido de “Vida cotidiana e controle social da classe trabalhadora no Rio de Janeiro na Belle Epoque”.
2. A partir da dissertação “Sem fé, sem lei, sem rei: liberalismo e experiência anarquista na República — Brasil 1890-1930”, defendida no ano de 1984, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
3. A partir da tese de doutorado com o mesmo título, defendida em 1989 na Unicamp.
4. A pesquisa de Igor Guedes Ramos (2016), “Genealogia de uma operação historiográfica: as apropriações dos pensamentos do Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980”, que registrou o levantamento de mais de uma centena de dissertações e teses, traçou importante panorama sobre o modo que as diferentes tendências se unificaram e constituíram mistos cabedais teóricos. Tal como indicado no título, a obra de Foucault teve também fundamental importância e foi “apropriada”, nos anos 1980, por vários pesquisadores que se encontram citados neste texto, em conjunto com as obras de Thompson. Para informações a respeito de tal associação, ver Ramos (2016).
5. Para uma discussão mais aprofundada a respeito do modo em que Thompson considerava a relação de classes e a formação frente a algumas críticas a tais reflexões, ver Wood (2003, p. 73-98).
6. Cf. Thompson (1989).
7. Retornaremos às discussões sobre o que aqui indicamos como “novos” Movimentos nas seções posteriores.
8. De acordo com Marcus Rediker, “[...] é muito importante neste gênero de história, é que é não só a história dos pobres ou mesmo das classes trabalhadoras em geral, mas também a da sua capacidade de agir (*agency*), ou seja, da sua capacidade de afetar o curso da história, não apenas como instâncias passivas do processo histórico” (REDIKER, 2017).
9. Exemplifico autores que trabalharam com tais perspectivas e temporalidades com os já citados: Paoli (1987); Lara (1988); Chalhoub (1990; 2015); Rago (2014).
10. Refiro-me ao texto “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”, publicado em 1983 na Revista Brasileira de História (PAOLI; SADER; TELLES, 1983).
11. Neste texto, não especifiquei o importante fator relevado pelo “novo sindicalismo”. Por um lado, o tomei como manifestação de “sujeito autônomo”. Por outro, vale aqui o registro da influência no período, sobretudo nas análises de Eder Sader do “Operáismo”, a partir das noções de autonomia operária propostas por Michael Hardt e Antonio Negri (SADER, 1986, p. 42; 57).
12. Para contextualizar, retomo parte da citação anteriormente apresentada: “Ao redescobrir a história concreta dos dominados, o marxismo, hoje, revalida a noção de experiência vivida das condições reais de existência, como suporte da reprodução e da luta de classes — e com isso, não apenas enterra uma noção de ideologia como sistema cristalizado de ideias, como a reintroduz na forma de representações culturais como significado real” (PAOLI, 1987, p. 57).
13. Vale ressaltar a realização do “Congresso Internacional Patrimônio Histórico e Cidadania” em agosto de 1991. Diretrizes, temáticas e discussões de tal Congresso foram registradas no livro “O direito à memória, patrimônio histórico e cidadania” (SÃO PAULO, 1992).
14. Cf. http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/10/20/caderno_especial/18.html. Acesso em: 10 jul. 2017.
15. Como registrado, autores citados na primeira parte deste artigo registraram o contributo dos movimentos sociais para o contexto de mudança da época.
16. Contexto que fez as categorias de análises serem lançadas a escalas mundiais (CHESNAIS, 2005).
17. “[...] [O]u seja, através da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas ‘de cima para baixo’ com a conservação essencial das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional; essas transformações ‘pelo alto’ tiveram como causa e efeito principais a permanente tentativa de marginalizar as massas populares não só da vida social em geral, mas, sobretudo, do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais”. (COUTINHO, 1980, p. 41).

Data de recebimento: 10/03/2018

Data de aprovação: 20/09/2018